

DIREITO PRA TODAS: CONHECIMENTO COMO FORMA DE EMANCIPAÇÃO

Direitos Humanos e Justiça

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

CHIARI, V.¹; LERSCH, R.²; ABREU, T.³; THOMÉ, L.⁴, BERTASO, J.⁵. FRANZ, R.⁶, DOS SANTOS, L.⁷, FERRÃO, K.⁸.

RESUMO

O presente artigo tem como propósito apresentar as experiências mais relevantes registradas pelo projeto de extensão Direito pra Todas, vinculado à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo principal desta atividade extensionista é compartilhar e construir conhecimento com alunos do ensino médio de escolas públicas de Porto Alegre e da Região Metropolitana sobre direito, gênero e educação. A metodologia, por sua vez, é baseada em oficinas pedagógicas, divididas em três principais eixos: i) educação e trabalho; ii) saúde; e iii) violência, a partir de um espaço acolhedor e horizontal, capaz de propiciar um debate positivo com os estudantes sobre as inúmeras violências e violações que a desigualdade de gênero produz. Os resultados até o momento demonstram um interesse do público-alvo pela discussão envolvendo a temática de gênero, assim como angústias e experiências não compartilhadas anteriormente por eles pelo medo do julgamento e/ou desinformação de seus direitos. Por fim, expusemos os resultados e adaptações da atuação do grupo durante a pandemia provocada pelo COVID-19, visto que a nova realidade dos grupos de extensão ativa de contato direto com o público é incerta. Nesse sentido, o Direito pra Todas possui atividades paralelas às oficinas, como a promoção de eventos internos e externos e compartilhamento de conteúdo nas redes sociais.

Palavra-chave: Violência de Gênero; Educação Popular; Adolescentes; Feminismo.

¹Vanessa Chiari Gonçalves, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (professora do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais [Coordenadora])

²Rhoana Lersch Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (aluna do curso de Ciências Jurídicas e Sociais).

³Taynele Abreu da Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (aluna do curso de Ciências Jurídicas e Sociais).

⁴Laura Hochheim Thomé, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (formada em Relações Internacionais).

⁵Júlia Barbieri Bertaso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (aluna do curso de Ciências Jurídicas e Sociais).

⁶Roberta Baisch Franz, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (formada em História).

⁷Letícia dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (aluna do curso de Ciências Jurídicas e Sociais).

⁸Kelly Roberta Ferrão dos Santos, Centro Universitário Ritter dos Reis (aluna do curso de Direito).

1 INTRODUÇÃO

O Direito pra Todas é um projeto de extensão vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que tem como objetivo a democratização do conhecimento sobre direitos das mulheres, visando à construção da autonomia da pessoa e da sua capacidade de defesa dos seus direitos. Entende-se que o reconhecimento dos direitos é de extrema importância para a prevenção e repressão de violências de gênero. A partir do contato na Universidade com diferentes abordagens e construções sobre o gênero, considerou-se importante que tais discussões não se reduzissem ao âmbito acadêmico somente.

Tendo em vista a importância do ambiente escolar e da formação humana que ocorre na escola, optou-se por pensar oficinas a serem realizadas na rede pública de ensino de Porto Alegre e Região Metropolitana. Ainda, devido à complexidade do assunto e à necessidade de constante atualização sobre o tema, o grupo tem um caráter interdisciplinar, sendo formado por mulheres graduandas e graduadas de diferentes áreas. Atualmente, integram o grupo acadêmicas e formadas em direito, psicologia, relações internacionais, comunicação e educação. Entende-se que diferentes olhares são importantes para o constante debate e a construção e proposição das oficinas.

2 METODOLOGIA

O Direito pra Todas, como já foi mencionado, tem como principal objetivo a realização de oficinas em escolas públicas acerca de questões sensíveis relacionadas à estrutura de gênero e outros marcadores sociais de diferença. Assim, todas as atividades desenvolvidas pelo grupo estão associadas aos eixos das oficinas: saúde, educação e trabalho e violência. No que tange às oficinas ministradas pelo grupo, adota-se a metodologia de oficina pedagógica a partir da concepção de Candau (1995). Na compreensão da autora, essa metodologia consiste em um espaço de construção coletiva do conhecimento em que as trocas de experiências a respeito da realidade dos participantes e das oficinas assumem um papel central nele. Ressalvadas as constantes revisões e reelaborações das oficinas, pode-se afirmar que são momentos centrais em suas construções: i) estudo e aprofundamento dos temas das oficinas e ii) reconhecimento de novas questões sensíveis a respeito

das relações de gênero e de novos conhecimentos e experiências por meio do contato com o público-alvo do projeto.

O primeiro momento do trabalho se dá a partir das formações internas que são constantes no grupo. Tais capacitações são centralizadas nas três áreas elementares de atuação do grupo e se dividem em três tipos: i) palestras e rodas de conversa com profissionais de diversas áreas como do Direito, da Psicologia e das Políticas Públicas; ii) pesquisa e aplicação de dinâmicas presentes em estudos especializados na educação dos direitos humanos e iii) elaboração dos materiais e conteúdos a serem trabalhados com o público-alvo do grupo. O segundo momento consiste na execução propriamente dita das oficinas. Isto é, após a preparação há, de fato, a construção coletiva do conhecimento com o público-alvo do grupo, ou seja, estudantes do ensino médio regular e da educação de jovens e adultos (EJA). As oficinas culminam, na maioria das vezes, na aquisição de novas perspectivas a respeito de algumas temáticas assim como na inclusão de outras questões que permeiam as relações de gênero.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que a origem do projeto se deu em um contexto pandêmico, uma série de dificuldades impediram a implementação e execução das oficinas preparadas, em um primeiro momento, nas escolas. Dessa forma, o grupo buscou se adaptar às particularidades do contexto de distanciamento social, expandindo seu propósito para o ambiente virtual. A principal ferramenta nesse contexto é o Instagram, plataforma na qual conteúdos sobre direito, gênero e indicações de livros são compartilhados, assim como eventos virtuais são realizados. Como exemplo das atividades complementares, elencamos a organização do "Workshop Mães no Mercado de Trabalho" que abordou temas como currículo, entrevistas e mercado de trabalho para mães; o "Cine Debate" que teve como intuito debater questões de gênero a partir de produções audiovisuais, e as *lives* realizadas em 2022, a primeira intitulada "Corpos Femininos e a Nutrição: não se combate o patriarcado com fome" e a segunda "Consentimento e Namoro na Adolescência". Para além dos eventos virtuais, o grupo contou com uma participação ativa e engajada no projeto de Lei n°

158/2020, que visa a instituir as diretrizes para a Política Pública “Menstruação Sem Tabu”.

A respeito das oficinas, após a elaboração inicial do material e da capacitação das integrantes, optou-se por realizar oficinas piloto, de forma *online* e gratuita, com adolescentes matriculados no ensino médio. No total, cerca de vinte jovens, entre quinze e dezenove anos, de diferentes lugares do Brasil, participaram de três encontros, de aproximadamente uma hora cada, que ocorreram em julho de 2021. Esta primeira experiência possibilitou um diálogo positivo com os estudantes, que se apresentaram muito interessados em compartilhar suas opiniões sobre os assuntos abordados. Entretanto, foi possível perceber um perfil específico de interessados pelas oficinas: adolescentes com conhecimento prévio sobre as problemáticas envolvendo a violência de gênero. No mesmo ano, realizou-se a primeira oficina em uma escola pública de modo virtual tendo em vista a pandemia do Covid-19. As três oficinas do projeto foram executadas com sete alunos da Escola Estadual Fernando Gomes, localizada na comunidade Bom Jesus, em Porto Alegre. Acreditamos que a baixa participação dos alunos pode ter ocorrido devido à sua vulnerabilidade econômica, visto que, conforme relatos da coordenação escolar, nem todos tinham acesso aos recursos tecnológicos necessários para acessar as oficinas. Durante os diálogos e trocas entre asicineiras e os estudantes foi possível perceber um grande interesse dos jovens em debater, principalmente, questões envolvendo saúde mental, o impacto do machismo nas relações familiares e a inserção no mercado de trabalho.

Em 2022, com o retorno das atividades presenciais nas escolas e universidades, a oportunidade de entrar em contato de modo presencial com o público-alvo tornou-se possível. A primeira oficina presencial ocorreu em junho, com estudantes matriculados no EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS. A partir de um espaço seguro e horizontal de troca de experiências com os estudantes, principalmente com as estudantes mulheres, uma série de relatos de violências surgiram, surpreendendo as integrantes do grupo ao perceberem que todas as estudantes tinham uma história de violação aos seus direitos para compartilhar, que iam desde tentativa de estupro por familiares até caso de feminicídio. Muitos desses crimes não foram denunciados pelas estudantes,

por diversos motivos — entre eles, o medo de não terem a sua palavra valorizada pelo sistema de justiça, o que corresponde ao conceito de subnotificação. O conceito aponta que violências, mesmo que não computadas pelas estatísticas, são vivenciadas por vítimas (VIANA, 2018).

A troca de experiências e os relatos trazidos durante as oficinas evidenciam a relevância do projeto no contexto político e socioeconômico atual. Tornando as oficinas um espaço acolhedor e debatendo sobre as diversas violências e violações que a desigualdade de gênero produz, é possível escutar demandas, anseios e experiências que, em muitos casos, não haviam sido compartilhados antes pelos estudantes por medo e/ou desinformação. Assim, o projeto Direito pra Todas possibilita às integrantes do grupo experiências de escuta ativa humanizada que ultrapassam as barreiras impostas pela grade curricular de seus cursos, ampliando a compreensão sobre as demandas e sentimentos dos estudantes acerca da violência de gênero e oportunizando um crescimento pessoal que poderá ser aplicado até mesmo nas atuações profissionais das participantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de todo o exposto e pelos objetivos traçados, compreende-se que o Direito pra Todas é um grupo que viabiliza discussões sobre temas relacionados a gênero e direito priorizando o envolvimento da coletividade, abrindo espaços para indivíduos compartilharem suas vivências e as relacionarem a tópicos importantes que estão intrinsecamente ligados à vida em sociedade. O conhecimento é emancipador e, por isso, o grupo acredita na disseminação de informação como ferramenta de mudança social e individual, algo que pode ser especialmente valioso para estudantes em idade escolar.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera. et al. **Tecendo a Cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 1995.p.126.

VIANA, Aline Lopes et al. Violência contra a mulher. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, [S.l.], v. 12, n. 4, p. 923-929, abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110273/28639>>.